

1                                   **ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2                                   **RECURSOS HÍDRICOS – CERH/PR**  
3

4 1- Posse de novos Conselheiros; 2- aprovação das atas da 24ª e 25ª Reunião  
5 Ordinária; 3- apresentação da avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do  
6 Sistema Estadual em 2015 do Programa de Consolidação do Pacto Nacional de Gestão  
7 das Águas - PROGESTÃO; 4- discussão e deliberação sobre minuta de Resolução que  
8 aprova a avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de  
9 Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2014 do Programa de Consolidação do Pacto  
10 Nacional de Gestão das Águas - PROGESTÃO; 5- discussão e deliberação sobre  
11 minuta de Resolução que aprova o plano de aplicação dos recursos advindos de  
12 compensações financeiras que integram o Fundo Estadual de Recursos Hídricos  
13 referentes ao biênio de 2015 e 2016; 6- apresentação do Manual de Orientação da  
14 aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água de domínio do Estado do Paraná;  
15 7- discussão e deliberação sobre minuta de Resolução que aprova o Manual de  
16 Orientação da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água de domínio do  
17 Estado do Paraná; 8- discussão e deliberação sobre minuta de Resolução que institui  
18 Câmara Técnica dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos  
19 estabelecidos no Capítulo V, art. 6º da Lei Estadual nº 12.726, de 26 de novembro de  
20 1999; 9- assuntos gerais e encerramento.  
21

22 **Aos 14 dias de outubro de 2015, às 14:30 horas**, na Sala das Araucárias da Sede do  
23 LACTEC, realizou-se a 26ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos  
24 Hídricos – CERH/PR, contando com a presença do Presidente do CERH/PR, RICARDO  
25 JOSÉ SOAVINSKI, da Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE  
26 ROORDA, dos Conselheiros Titulares, ANTONIO RICARDO LORENZON, da Secretaria  
27 de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, IVANA LÚCIA BELMONTE, da  
28 Secretaria de Estado da Saúde - SESA, EDUARDO ALVIM LEITE, Da Secretaria de  
29 Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, MARCO AURÉLIO BUSCH  
30 ZILLOTTO da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, ELIANE DO  
31 ROCIO VIEIRA, da Secretaria de Estado da Educação - SEED, UDO BUBLITZ, da  
32 EMATER, KÁTIA NORMA SIEDLECKI, da Minerais do Paraná S.A. - MINEROPAR,  
33 CELSO BENEDITO DA SILVA, da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, LUIZ CARLOS  
34 SETIM, da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, JUCÉLIA LEAL FERREIRA,  
35 da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, GUADALUPE GARCIA, da Pontifícia  
36 Universidade Católica - PUCPR, BETINA ORTIZ BRUEL, da Sociedade de Pesquisa  
37 em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS, RODOLPHO HUMBERTO RAMINA  
38 da Fundação Ângelo Cretã de Educação e Desenvolvimento Sócio Econômico  
39 Ambiental, PAULO ROBERTO DA VEIGA FRANCO, da Companhia de Saneamento do  
40 Paraná - SANEPAR, SILVIO ALEXSANDRO KRINSKI, da Organização das  
41 Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, GALDINO ANDRADE FILHO, do  
42 Comitê da Bacia do Rio Tibagi, INGRID ILLICH MÜLLER, do Comitê das Bacias do Alto  
43 Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, e dos Conselheiros Suplentes, JOSÉ CARLOS  
44 ESPINOZA ALIAGA, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral -  
45 SEPL, RICARDO JOSÉ CARNEIRO, da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA,  
46 ALEXANDRE TEIXEIRA, da Casa Civil - CC, LUIZ EDUARDO MARQUES HALILA, da  
47 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, CELSO LUIZ RUBIO, da  
48 Secretaria de Estado da Saúde - SESA, EDUARDO FELGA GOBBI, da Secretaria de  
49 Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, FERNANDA VALENTIM  
50 NAGAL HOLZMANN, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística - SEIL,

51 EVANDRO PINHEIRO, da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - SETU,  
52 AGENOR DE PAULA FILHO, da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR,  
53 SOLANGE REIGUEL VIEIRA, da Secretaria de Estado da Educação – SEED,  
54 EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do Instituto das Águas do Paraná -  
55 AGUASPARANÁ, IVONETE COELHO DA SILVA CHAVES, do Instituto Ambiental do  
56 Paraná - IAP, SANDRO SETIM, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba -  
57 COMEC, MARLISE TERESA EGGERS JORGE, da Prefeitura Municipal de Curitiba,  
58 CRISTÓVÃO VICENTE SCAPULATEMPO FERNANDES, da Universidade Federal do  
59 Paraná - UFPR, PEDRO LUIS PRADO FRANCO, da Associação Brasileira de  
60 Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES e ADILSON LUIZ DE PAULA SOUZA, da  
61 Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP e dos convidados, OLGA  
62 POLATTI, GUSTAVO LUCAS, NILSON PIACENTINI, NANUBIA PEREIRA BARRETO,  
63 IRAM DE REZENDE, OSVAL CESAR KULEVICZ e CARLOS HENRIQUE PIACENTINI,  
64 do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, MÔNICA IRION ALMEIDA, da  
65 COPEL, ARNALDO GIOVANI RECH e ANA LUIZA MARTINHEG, da SANEPAR, ELOIR  
66 MARTINS do Comitê da Bacia Litorânea, ADRIANO WILD, do Mater Natura e CELSO  
67 JOSE DE ARRUDA, da Prefeitura de São José dos Pinhais. O Presidente do CERH/PR,  
68 RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, após verificação do quorum, contando com a presença  
69 de 29 Conselheiros titulares ou suplentes representando os titulares, deu início à  
70 reunião, dando as boas vindas a todos e mencionou que gostaria de dizer algumas  
71 palavras de ordem mais geral e colocar algumas iniciativas do Governo neste mandato.  
72 Falou das dificuldades financeiras no início do ano, mas que a situação em 2016 será  
73 muito melhor. Falou de Programas como o ICMS Ecológico e Conservação de Solos,  
74 em que o Paraná é pioneiro. Também sobre o Programa de Mudanças Climáticas,  
75 sendo que no Estado existe a proposta de restauração das matas nativas, e dos  
76 habitats, no sentido de proteger nossa fauna, as espécies ameaçadas de extinção,  
77 nossos recursos hídricos e nossos mananciais. Comentou o Projeto de Revitalização do  
78 Rio Iguaçu, e que foi assinado um Decreto que cria um Comitê de Gestão para conduzir  
79 esse Projeto. Citou o Programa Parques do Paraná que é um programa para revitalizar  
80 e organizar os parques e seus entornos para sua valorização com vistas a visitação  
81 pública. Falou também de um Sistema Integrado de Licenciamento Ambiental e Outorga  
82 de Uso da Água, que está sendo viabilizado com recursos do Banco Mundial. O  
83 Programa CRED ÁGUA, junto ao BRDE, que trata de recursos para financiamento de  
84 práticas de reuso e de economia de uso da água. A seguir, a respeito do processo de  
85 enquadramento dos cursos d'água no âmbito de diversos Comitês de Bacia, comentou  
86 que o Governo não quer impor condições aos Comitês, mas que entende a proposta é  
87 que se evite o enquadramento na classe "4", buscando uma melhoria da qualidade dos  
88 rios numa perspectiva progressiva, e, em reuniões com a SANEPAR, foi acordado a  
89 necessidade de verificação de prazos e equacionamento dos recursos a serem  
90 alocados para atingir a meta de enquadramento estabelecido. Na sequência, a  
91 Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA, fez a leitura da pauta, que foi  
92 aprovada por unanimidade. A seguir, passou ao **item 1 de pauta**, dando posse aos  
93 Conselheiros nomeados pelo Decreto nº 2.338, de 02 de setembro de 2015, que  
94 nomeia os Conselheiros para integrarem o Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
95 para o seu 7º mandato (**vide anexo 1**), com validade até 01 de março de 2019. Na  
96 sequência, passou ao **item 2 de pauta - aprovação das atas da 24ª e 25ª Reunião**  
97 **Ordinária**, que, em não havendo correções solicitadas, foram aprovadas por  
98 unanimidade. A seguir, o Presidente do CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI,  
99 passou ao **item 3 de pauta - apresentação da avaliação das Metas de Gestão de**  
100 **Águas no âmbito do Sistema Estadual em 2015 do Programa de Consolidação do**

101 **Pacto Nacional de Gestão das Águas - PROGESTÃO**, e solicitou que a Secretária  
102 Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA, fizesse os esclarecimentos necessários. A  
103 mesma, lembrando apresentações feitas em reuniões anteriores, comentou que o  
104 PROGESTÃO é um Programa da Agência Nacional de Águas - ANA, de incentivo  
105 financeiro, de pagamentos por resultados, para fortalecer a gestão das águas nos  
106 Estados, chamado de PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS. Explicou que  
107 trata-se de um repasse de 750 mil/ano caso as metas sejam atingidas, ou valor  
108 proporcional ao número de metas atingidas. Comentou os passos que foram  
109 executados para que fosse assinado contrato entre o Governo do Estado e a Agência  
110 Nacional de Águas, bem como as obrigações do Conselho perante o PROGESTÃO  
111 **(vide anexo 1)**. Apresentou o Formulário de Avaliação das Metas de Gestão de Águas  
112 no âmbito do Sistema Estadual do período de avaliação de 2015 **(vide anexo 2)**, que foi  
113 preenchido pelo AGUASPARANÁ, SEMA e ANA, para aprovação pela Plenária do  
114 Conselho. A seguir, o Presidente do CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, colocou  
115 o Formulário em discussão. O Conselheiro SANDRO SETIM, da COMEC, fez um elogio  
116 ao cumprimento das metas, e comentou que apenas nas Variáveis de Planejamento  
117 ainda temos algumas a serem cumpridas até o final do contrato, e disse que para isso,  
118 existe a necessidade do Governo do Estado repor seus quadros técnicos para o fiel  
119 cumprimento das metas estabelecidas, o que foi acordado pelo Presidente do  
120 CERH/PR, que comentou que esforços nesse sentido estavam sendo despendidos  
121 junto ao Governo do Estado. O Conselheiro ANTONIO RICARDO LORENZON  
122 comentou que esta necessidade de contratação já havia sido apontado, entre tantas  
123 outras vezes, na 24ª Reunião Ordinária do Conselho, quando foi dito pelo então  
124 Secretário da SEMA, que já estava autorizado a contratação de 116 técnicos para o  
125 AGUASPARANÁ. Em não havendo mais perguntas, a Secretária Executiva MARIANNA  
126 SOPHIE ROORDA comentou que o contrato do PROGESTÃO também prevê o  
127 cumprimento de Metas Federativas, a saber: Integração de Base de Dados,  
128 Compartilhamento de Informações sobre Águas Subterrâneas, Contribuição para a  
129 Difusão do Conhecimento, Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos e Atuação para  
130 Segurança de Barragens, mas que estas metas são diretamente encaminhadas pelo  
131 AGUASPARANÁ à ANA, sem necessidade de aprovação do Conselho Estadual de  
132 Recursos Hídricos. A seguir, fez a leitura da minuta de Resolução que aprova a  
133 avaliação das Metas de Gestão de Águas no âmbito do Sistema Estadual de  
134 Gerenciamento de Recursos Hídricos em 2014 do Programa de Consolidação do Pacto  
135 Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO **(vide anexo 1)**, que foi aprovada por  
136 unanimidade. A seguir, a Secretária passou ao **item 5 de pauta - discussão e**  
137 **deliberação sobre minuta de Resolução que aprova o plano de aplicação dos**  
138 **recursos advindos de compensações financeiras que integram o Fundo Estadual**  
139 **de Recursos Hídricos referentes ao biênio de 2015 e 2016**. Antes de passar à leitura  
140 da minuta de Resolução sobre a matéria, a mesma apresentou à Plenária a Lei  
141 Estadual nº 18.375, de 15 de dezembro de 2014, alterada pela Lei Estadual nº 18.468,  
142 de 29 de abril de 2015, que determina que "Art. 1.º Os Fundos a seguir especificados  
143 deixam de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de  
144 receitas:.....IV - Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI/PR,  
145 instituído pela Lei nº 12.726, de 26 de novembro de 1999;....." Art.  
146 2.º Os recursos financeiros dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei, bem como de  
147 todos os demais Fundos do Poder Executivo consignados no orçamento fiscal, deverão  
148 ser programados e aplicados exclusivamente nos órgãos responsáveis por sua gestão  
149 e, sem prejuízo das destinações estabelecidas nos respectivos diplomas legais de  
150 instituição dos referidos Fundos, poderão ser utilizados para o pagamento de despesas

151 *de qualquer natureza, inclusive pessoal e encargos sociais,.....* *Parágrafo*  
152 *Único: Os recursos dos Fundos de que trata o art. 1º desta Lei terão vigência no*  
153 *exercício e eventual superávit financeiro na fonte, verificado ao final de cada exercício,*  
154 *será automaticamente incorporado ao Tesouro Geral do Estado....."* . O Presidente  
155 do CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, comentou que a dificuldade seria o  
156 parágrafo único do art. 2º da Lei, que estabelece que os recursos financeiros não  
157 aplicados retornam para o Tesouro Geral do Estado. Desta forma, sugeriu que se  
158 aprove uma boa proposta de aplicação dos recursos provenientes de compensações  
159 financeiras, de forma a não gerar superávit que retorne ao Tesouro. Foi também  
160 esclarecido que esta medida não abrangeria os recursos financeiros provenientes da  
161 cobrança pelo uso da água. O Conselheiro GALDINO ANDRADE FILHO, do Comitê da  
162 Bacia do Rio Tibagi, se manifestou contrariado com essa decisão. Disse que de forma  
163 alguma concorda que esse recurso tão importante para o Sistema de Recursos Hídricos  
164 retorne ao tesouro do Estado para que seja destinado para outras finalidades. O  
165 Presidente do CERH/PR disse que a tentativa de reverter esta situação seria de uma  
166 discussão junto ao Governo do Estado, e também esclareceu que esta situação não se  
167 aplica aos recursos da cobrança pelo uso da água. Esta afirmação foi questionada pelo  
168 Conselheiro ANTONIO RICARDO LORENZON, da SEAB, que disse entender que os  
169 recursos da cobrança também são aportados ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos,  
170 e, portanto, também sujeitos a que sejam incorporados ao Tesouro do Estado ao final  
171 de cada ano, o que foi endossado pelo Conselheiro ADILSON SOUZA da FIEP.  
172 Também sugeriu que enquanto estiver vigente a Lei nº 18.375, que o Conselho não se  
173 manifeste sobre a aplicação dos recursos do Fundo, por ser soberana à Resolução do  
174 Conselho. Disse da sua preocupação com o plano de aplicação, que pouco mudou do  
175 que foi proposto para 2013 e 2014, e questionou se os recursos foram efetivamente  
176 aplicados ou se retornaram ao Tesouro do Estado. O Sr. ENEAS SOUZA MACHADO,  
177 do AGUASPARANÁ, esclareceu que foi acordado na SEFA que o Estado não utilizaria  
178 os recursos da cobrança, visto ser um recurso cuja destinação é decidida no âmbito dos  
179 Comitês de Bacia. O Conselheiro EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do  
180 AGUASPARANÁ, comentou da importância do plano de aplicação ser apresentada à  
181 Plenária do Conselho. Também enfatizou que os recursos da cobrança seriam  
182 preservados e que a discussão seria exclusivamente referente aos recursos  
183 provenientes de compensações financeiras que compõem o Fundo. Comentou que o  
184 plano de aplicação proposto tem um forte vínculo com o Plano Estadual de Recursos  
185 Hídricos, e comentou que o maior desafio seria o curto espaço de tempo, entre 15 de  
186 outubro a dezembro, para aplicação dos recursos, e propôs a análise da proposta  
187 colocada. A Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA mencionou que os  
188 recursos previstos para o biênio seriam da ordem de 15 milhões de reais, e que os  
189 recursos a serem gastos em 2015, neste curto espaço de tempo, seriam da ordem de  
190 7,5 milhões de reais. O Conselheiro LUIZ CARLOS SETIM, do Município de São José  
191 dos Pinhais, comentou a dificuldade de arrecadar recursos, e ainda maior, a dificuldade  
192 de gastar recursos na Administração Pública. Indagou se os recursos não utilizados até  
193 o final do ano, que seriam incorporados ao Tesouro do Estado, poderiam dentro do  
194 orçamento do Estado terem sua destinação prevista para ações do plano de aplicação  
195 proposto. O Presidente do CERH/PR agradeceu a contribuição, e disse que este seria  
196 um assunto que não seria resolvido nesta reunião, e que dependia de uma negociação  
197 com a Secretaria da Fazenda. Sugeriu aprovar a proposta da forma colocada, e  
198 comentou que, se necessário, a Plenária poderia propor alteração na aplicação dos  
199 recursos previstos para 2016. Mas que o importante seria aprovar a destinação para  
200 2015, de forma a não ser incorporado ao Tesouro do Estado no final do ano. O

201 Conselheiro GALDINO ANDRADE FILHO, do Comitê da Bacia do Rio Tibagi, sugeriu  
202 que a Jurídica do AGUASPARANÁ fizesse um Parecer sobre a questão do uso do  
203 dinheiro da cobrança no âmbito dos Comitês para a proteção destes recursos frente à  
204 Lei 18.468/14 referente aos Fundos do Estado. A seguir, a Secretária Executiva  
205 MARIANNA SOPHIE ROORDA citou os itens que estariam compondo a proposta de  
206 aplicação dos recursos para o biênio de 2015 e 2016, a saber: custeio do  
207 AGUASPARANÁ; perfuração de poços; fabricação de tubos para obras de drenagem  
208 urbana; implementação do Sistema Integrado de Coleta Seletiva; elaboração de Planos  
209 de Bacia; monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos; publicação de  
210 material referente à gestão de recursos hídricos; reformas nas instalações do  
211 AGUASPARANÁ; equipamentos de informática; e diagnósticos de bacias de  
212 mananciais visando a implementação do Pagamento por Serviços Ambientais - PSA.  
213 Na sequência, fez a leitura da minuta de Resolução referente ao plano de aplicação dos  
214 recursos advindos de compensações financeiras que integram o Fundo Estadual de  
215 Recursos Hídricos referente ao biênio de 2015 e 2016 (**vide anexo 1**). O Conselheiro  
216 PEDRO LUIS PRADO FRANCO da ABES, comentou a necessidade de uma discussão  
217 melhor sobre a aplicação dos recursos no âmbito da Câmara Técnica do Plano  
218 Estadual de Recursos Hídricos e questionou o atendimento a Programas do PLERH/PR  
219 quanto aos itens fabricação de tubos e implementação do Sistema Integrado de Coleta  
220 Seletiva, cujos valores propostos são bastante vultuosos, em detrimento a outros  
221 Programas do Plano, em especial o monitoramento dos recursos hídricos e os Planos  
222 de Bacia Hidrográfica. O Conselheiro CRISTÓVÃO FERNANDES SCAPULATEMPO  
223 FERNANDES, da UFPR, se disse frustrado com o plano de aplicação proposto.  
224 Também comentou que acredita em todos os instrumentos de gestão trazidos pela Lei  
225 nº 9.433/97, que trata da Política e do Sistema Nacional de Gerenciamento de  
226 Recursos Hídricos, mas que a proposta apresentada trata de uma desconstrução dessa  
227 Política. O Conselheiro RODOLPHO RAMINA, da Fundação Ângelo Cretã, disse  
228 reforçar as duas colocações anteriores e criticou que metade do orçamento estava  
229 sendo previsto para fabricação de tubos e implementação do Sistema Integrado de  
230 Coleta Seletiva, enquanto ainda temos informações insuficientes por problemas com  
231 monitoramento e outras questões mais importantes. A Conselheira KATIA NORMA  
232 SIEDLECKI, da MINEROPAR, comentou que em reuniões anteriores havia se  
233 manifestado quanto aos problemas de contaminação do lençol freático. Disse que são  
234 mais de 700 poços profundos fornecendo água principalmente para a região do terceiro  
235 planalto, e que a MINEROPAR está fazendo uma avaliação de consistência técnica  
236 para o IAP, e que se evidencia um número cada vez maior de contaminações por  
237 complexo de hidrocarbonetos em aquífero profundo. Propôs que para 2016 fosse  
238 previsto o monitoramento do aquífero freático e aquífero profundo. A Conselheira  
239 GUADALUPE GARCIA, da PUCPR, lembrou que, com relação a contratação de novos  
240 técnicos para o AGUASPARANÁ, nas reuniões anteriores foi mencionado que seria  
241 aberto um concurso público, no entanto, nada foi feito nesse sentido. O Presidente do  
242 CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI solicitou que a Diretoria do AGUASPARANÁ  
243 fizesse os esclarecimentos sobre a proposta de aplicação apresentada. O Conselheiro  
244 EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, do AGUASPARANÁ, disse entender as  
245 colocações do Conselheiro Antonio Ricardo Lorenzon, mas que entende que a  
246 aprovação do plano de aplicação pela Plenária é um respeito para com o Conselho.  
247 Comentou que obras de saneamento ambiental, de drenagem urbana, principalmente  
248 na região noroeste do Estado, são de extrema importância para a melhoria da  
249 qualidade dos recursos hídricos da região. Também, quanto ao comentário do  
250 Conselheiro Pedro Franco referente a monitoramento dos nossos rios e elaboração de

251 Planos de Bacia, comentou que a Instituição não tem equipe técnica necessária para a  
252 contratação de mais do que dois Planos nos próximos anos, visto que, outros oito  
253 Planos estão em andamento, com a escassa equipe técnica do Instituto. Idem para o  
254 monitoramento dos nossos recursos hídricos. Afirmou que a proposta apresentada é a  
255 que o corpo técnico do AGUASPARANÁ tem condições de aplicar, principalmente no  
256 que se refere aos 7,5 milhões de reais até o final do ano, conforme comentário da  
257 Secretária Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA. O Sr. IRAM REZENDE, Diretor  
258 do AGUASPARANÁ, falou da importância de estar participando desta reunião. Lembrou  
259 das dificuldades financeiras que o Estado passou no início deste ano, e que é também  
260 missão do AGUASPARANÁ de atender os 399 municípios nas ações de drenagem  
261 urbana, mas que a partir do próximo ano, a fabricação de tubos seria feita com recursos  
262 do Tesouro do Estado, ficando os recursos do FRHI/PR destinados para a sua  
263 finalidade de implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos. No entanto,  
264 pediu o aval da Plenária para utilização desses recursos para o ano de 2015. O  
265 Conselheiro RODOLPHO RAMINA, da Fundação Ângelo Cretã, disse entender que as  
266 questões postas na proposta sejam de importância para a qualidade das águas. No  
267 entanto, disse que o valor de 7,4 milhões de reais propostos para a fabricação de tubos  
268 e implementação do Sistema Integrado de Coleta Seletiva seria mais adequadamente  
269 utilizado na estruturação do AGUASPARANÁ, visto que com a precária equipe atual,  
270 estamos enfrentando sérios problemas na Gestão de Recursos Hídricos no nosso  
271 Estado. O Conselheiro EDUARDO ALVIM LEITE, da SETI, falou da necessidade do  
272 Conselho determinar temas prioritários e definir volumes ou percentuais de aplicação  
273 para esses temas. Propôs a criação de um grupo de trabalho, sob a coordenação do  
274 AGUASPARANÁ, para essa finalidade, para posterior discussão e aprovação no  
275 Conselho. Propôs que fosse aprovado pela Plenária as aplicações para 2015, e que,  
276 essa nova metodologia já fosse utilizada para a aplicação dos recursos de 2016.  
277 Também propôs uma solicitação formal do Conselho ao Governo para que os recursos  
278 do FRHI/PR fossem mantidos na conta de um ano para o outro, de forma que possam  
279 ser integralmente aplicados na gestão de recursos hídricos. O Presidente do CERH/PR,  
280 RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, disse ter anotado as questões levantadas e que iria  
281 propor o encaminhamento do conjunto delas. Primeiro, sobre a questão da lei, que por  
282 recomendação do Conselho, o Secretário, como Presidente do Conselho, encaminhará  
283 um pedido à Secretaria da Fazenda para que se mantenha os recursos na conta do  
284 Fundo, considerando o alto nível de demandas que existem. Segundo, quanto ao plano  
285 de aplicação proposto, considerando que já estamos em meados de outubro, e que os  
286 recursos no Estado só começaram a ser liberados em agosto, propôs que fosse  
287 aprovado de forma proporcional, apenas para o ano de 2015, as ações propostas. E,  
288 conforme proposto pelo Conselheiro Eduardo Alvim Leite, e já item de pauta na  
289 sequência, de criação de uma Câmara Técnica dos Instrumentos da Política de  
290 Recursos Hídricos, e que a mesma se reúna para discutir com mais profundidade as  
291 aplicações para o ano de 2016, embasado nos Programas do Plano Estadual de  
292 Recursos Hídricos. Disse também, pela limitação do Estado em executar ações, da  
293 possibilidade de fazer convênios com outras instituições ou Sociedade Civil, para  
294 desenvolverem estudos dos mais variados e necessários para a gestão. O Conselheiro  
295 RODOLPHO RAMINA propôs que se retirasse os itens de tubos e coleta seletiva da  
296 proposta, mas foi argumentado que neste momento, até o final do ano, são  
297 basicamente estes os itens com condições de serem licitados. A Conselheira INGRID  
298 ILLICH MÜLLER, do COALIAR, questionou o baixo valor para o monitoramento, visto  
299 que só o convênio de monitoramento com a COPEL, que deixou de existir, era no valor  
300 de 1 milhão/ano. Anotado esta questão, o Presidente do Conselho, RICARDO JOSÉ

301 SOAVINSKI, colocou em votação a aprovação dos itens constantes no plano de  
302 aplicação para 2015, na metade do valor previsto para o biênio de 2015 e 2016, que foi  
303 acatado pela Plenária. Na sequência, passou ao **item 6 de pauta - apresentação do**  
304 **Manual de Orientação da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água**  
305 **de domínio do Estado do Paraná**, e convidou o Sr. ENEAS SOUZA MACHADO, do  
306 AGUASPARANÁ, para fazer a apresentação. O mesmo apresentou os passos para  
307 aplicação dos recursos da cobrança (**vide anexo 3**), e a seguir, a itemização do  
308 conteúdo do referido Manual. Apresentou as linhas temáticas que seriam contempladas,  
309 as Ações Não Estruturais e Ações Estruturais a serem contempladas, as fases do  
310 processo de seleção, e quem pode se habilitar a esses recursos. Apresentou os  
311 possíveis participantes do processo, as contrapartidas exigidas, e a documentação a  
312 ser apresentada para o processo de seleção das propostas a serem avaliadas. Por  
313 último, comentou que as propostas serão hierarquizadas, segundo critérios  
314 estabelecidos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica. A seguir, passou-se ao **item 7 de**  
315 **pauta - discussão e deliberação sobre minuta de Resolução que aprova o Manual**  
316 **de Orientação da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água de**  
317 **domínio do Estado do Paraná**, sendo que a Secretária Executiva MARIANNA  
318 SOPHIE ROORDA fez a leitura da referida minuta (**vide anexo 1**), que foi aprovado por  
319 unanimidade. Na sequência, passou ao **item 8 de pauta - discussão e deliberação**  
320 **sobre minuta de Resolução que institui Câmara Técnica dos Instrumentos da**  
321 **Política Estadual de Recursos Hídricos estabelecidos no Capítulo V, art. 6º da Lei**  
322 **Estadual nº 12.726, de 26 de novembro de 1999**, e apresentou as Câmaras Técnicas  
323 existentes no âmbito do Conselho. A Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e de  
324 Conformidade de Matérias Legais - CTIL, na qual todas as matérias como Resoluções,  
325 Notas Técnicas, etc. encaminhadas ao Conselho são analisadas por essa Câmara  
326 Técnica. Uma Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Comunicação, Mobilização  
327 Social e Informações em Recursos Hídricos - CTEM, com a qual foram promovidas uma  
328 série de eventos de capacitação junto às Prefeituras Municipais, Poder Judiciário,  
329 Ministério Público, setor agropecuário e industrial, sendo que para o ano de 2016 estão  
330 previstos novos eventos de capacitação. E uma Câmara Técnica de Acompanhamento  
331 das Ações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que apresenta relatos das  
332 matérias discutidas no Conselho Nacional. As demais Câmaras Técnicas são referentes  
333 a assuntos técnicos, a saber: Câmara Técnica de Cobrança - CTCOB, na qual foi  
334 discutido uma Resolução sobre critérios e normas gerais sobre a cobrança e aprovado  
335 na Plenária do Conselho, mas que posteriormente a isso não teve mais reuniões;  
336 Câmara Técnica de Enquadramento, que teve apenas duas reuniões por entender que  
337 esta é uma matéria a ser discutida no âmbito dos Comitês de Bacia, mas entende-se  
338 que, na sequência, é uma matéria que também poderá ser do interesse do Conselho;  
339 Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos -  
340 CTPLAN, a qual também ficou com a responsabilidade do acompanhamento de  
341 implementação do Plano Estadual, bem como, a compatibilização desse Plano com  
342 diversos Planos Regionais ou Planos Diretores Municipais; e a Câmara Técnica de  
343 Águas Subterrâneas - CTAS, que teve também poucas reuniões, mas entende-se que  
344 este é um assunto que pode ser discutido no âmbito do Plano Estadual e dos Planos de  
345 Bacia Hidrográfica. Por isso, a proposta que o AGUASPARANÁ traz ao Conselho, é o  
346 de criação de uma Câmara Técnica que aborde todos os Instrumentos da Política  
347 Estadual de Recursos Hídricos, a saber: Plano Estadual de Recursos Hídricos; Plano  
348 de Bacia Hidrográfica; Enquadramento dos corpos d'água em classes segundo os usos  
349 preponderantes da água; outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; Cobrança  
350 pelo direito de uso de recursos hídricos; Sistema de Informações sobre Recursos

351 Hídricos; e também assuntos referentes ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos e  
352 planos de aplicação destes recursos. Desta forma, com a criação desta Câmara  
353 Técnica dos Instrumentos - CTINSTRUMENTOS, propõe-se a desativação das últimas  
354 quatro Câmaras Técnicas mencionadas, ficando todos os assuntos técnicos a serem  
355 encaminhados à Plenária do Conselho, abordados por esta CTINSTRUMENTOS. A  
356 seguir, fez a leitura da minuta de Resolução que foi apresentada aos Conselheiros. O  
357 Conselheiro PEDRO LUIS PRADO FRANCO, da ABES, sugeriu que o número de  
358 componentes da Câmara Técnica fosse ampliada, em função da importância e  
359 complexidade desta Câmara, que passaria a abordar todos os instrumentos de gestão,  
360 o que foi acordado por diversos Conselheiros. O Sr. ENEAS SOUZA MACHADO, do  
361 AGUASPARANÁ, sugeriu que a composição passasse a ser aos moldes das Câmaras  
362 Técnicas dos Comitês, onde se tem um número paritário entre Sociedade Civil,  
363 Usuários de Recursos Hídricos e Poder Público, mais a Coordenação da Câmara. A  
364 Secretária disse que para isso deveria haver uma alteração no Regimento Interno  
365 quanto à composição das Câmaras Técnicas, mas se acordado pela Plenária nesta  
366 mesma reunião, poderíamos aprovar esta alteração. O Presidente RICARDO JOSÉ  
367 SOAVINSKI propôs que a composição passasse a ter 10 membros, contando com um  
368 Coordenador e três representantes de cada setor: Sociedade Civil, Usuários de  
369 Recursos Hídricos e Poder Público, e colocou em votação esta alteração no Regimento  
370 Interno, que foi acatada pela Plenária, e a criação da CTINSTRUMENTOS, também  
371 aprovado por unanimidade. Acordado questões sobre os representantes na Câmara, o  
372 Presidente do CERH/PR, RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, comentou da necessidade de  
373 reunir a mesma, para discutir os valores de aplicação de recursos do Fundo para 2016,  
374 e demais prioridades a serem discutidas. A Conselheira KÁTIA NORMA SIEDLECKI, da  
375 MINEROPAR, sugeriu que todos os Conselheiros fossem avisados das reuniões para  
376 que possam encaminhar contribuições, ou participar das reuniões, sugerindo programas  
377 para o próximo ano, enfatizando a manutenção da proposta de monitoramento dos  
378 aquíferos em função da identificação de contaminação dos mesmos. Na sequência, no  
379 **item Assuntos Gerais**, foi solicitado a disponibilização da minuta da ata no site do  
380 Conselho. O Conselheiro GALDINO ANDRADE FILHO, comentou que em reunião do  
381 Comitê da Bacia do Rio Tibagi a SEMA teria afirmado que a Classe 4 para rios do  
382 Paraná seria banida por Resolução da SEMA. O Presidente disse que deverá haver  
383 uma ampla discussão sobre este tema, e que entende que é um assunto delicado, que  
384 deve ser discutido com cada Comitê de Bacia, mas que o objetivo é sempre trabalhar  
385 na melhoria da qualidade dos nossos rios. O Conselheiro CRISTÓVÃO VICENTE  
386 SCAPULATEMPO FERNANDES, da UFPR, disse que a questão dos recursos hídricos  
387 no Estado do Paraná só tem consistência e solidez porque há 30 anos os técnicos do  
388 AGUASPARANÁ e demais Instituições aqui representadas no Conselho não têm  
389 medido esforços na condução de questões relacionadas com recursos hídricos, mas  
390 que nunca teve respaldo político. Comentou também a sua preocupação de que os  
391 técnicos hoje existentes no AGUASPARANÁ estão todos prestes a se aposentarem, e  
392 ao longo dos últimos trinta anos não houve esforço do Estado em repor os quadros  
393 técnicos. Disse ter esperanças de que este Conselho venha de fato pensar em  
394 questões de política para o Estado do Paraná, e que passe a discutir temas emergentes  
395 como déficit hídricos, enquadramento dos cursos d'água, e outros assuntos relevantes  
396 e cenários que precisam ser repensados e discutidos. O Presidente do CERH/PR,  
397 RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, agradeceu as contribuições e comentou que o Paraná,  
398 mesmo sendo pioneira em muitas áreas de gestão ambiental, está precisando de uma  
399 avaliação estratégica das várias áreas, da conexão entre essas áreas, e com base  
400 nisso, uma análise institucional das diversas instituições do Estado, para dar um



401 dimensionamento correto em função das atribuições de cada uma, e de quantitativo de  
402 pessoal nas diferentes áreas, e que isso é extremamente necessário, visto que faz  
403 muitos anos que essas instituições não têm concurso público. Disse que semanalmente  
404 é feita uma reunião de secretariado, e que a proposta é de entrar numa discussão  
405 estratégica do Estado e sua capacidade de gestão. Para isso, o Paraná, provavelmente  
406 contará com a Fundação Dom Cabral, que é reconhecida pela sua capacidade nessa  
407 área, para fazer uma avaliação com profundidade das instituições, e se necessário, um  
408 redesenho institucional. Por fim, disse que teremos a oportunidade de debater vários  
409 temas com bastante profundidade na sua gestão. A Conselheira INGRID ILLICH  
410 MÜLLER, do COALIAR, na qualidade de ex-presidente da Associação Brasileira de  
411 Recursos Hídricos, convidou os Conselheiros a participarem do 21º Simpósio Brasileiro  
412 de Recursos Hídricos, a se realizar em Brasília nos dias 22 a 27 de novembro, e disse  
413 se tratar do maior evento de recursos hídricos a nível nacional, e que este ano o evento  
414 seria concomitante ao evento Luso-Brasileiro.

415 A seguir, em não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente do CERH/PR,  
416 RICARDO JOSÉ SOAVINSKI, deu por encerrada a 26ª Reunião Ordinária do Conselho  
417 Estadual de Recursos Hídricos, da qual eu, MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária  
418 Executiva do CERH/PR, lavrei a presente ata, em Curitiba, aos 21 dias de dezembro de  
419 2015.

420 De acordo.

421 Curitiba, xxxxxxxxxxxxxx

422

423

424

425

**RICARDO JOSÉ SOAVINSKI**  
**Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos**  
**Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos**